

As Índias Ocidentais e a Federação (1964)

DELGADO DE CARVALHO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Assim como existe o mar Mediterrâneo entre a Europa e a África, também se acha um mediterrâneo situado entre a América do Sul e a América do Norte: é o mar das Antilhas ou mar Caraíba, entre a América Central e os arquipélagos antilhanos que constituem a barreira atlântica, cortada por canais ou estreitos como o estreito da Flórida e o canal do Vento. Esta sucessão de ilhas, entre Trindade e a Flórida, constitui um sistema montanhoso descontínuo, em arco, ao qual se dá o nome de Índias Ocidentais. São de estrutura geológica diversa; representam cristas emersas de uma cordilheira submersa que está passando por processos geomórficos de desnudação e de sedimentação ao mesmo tempo. De um modo geral, nas ilhas antilhanas, a vertente ocidental é mais elevada e a vertente oriental mais plana e de terras mais aproveitáveis. PRESTON JAMES compara o conjunto deste sistema orográfico a um forçado cuja haste é formada pela linha das ilhas de Barlavento e que, na ilha de Haiti, se bifurca em duas pontas, Cuba e Jamaica, levando à Flórida uma terceira ponta pelas ilhas do arquipélago baixo da Bahamas.

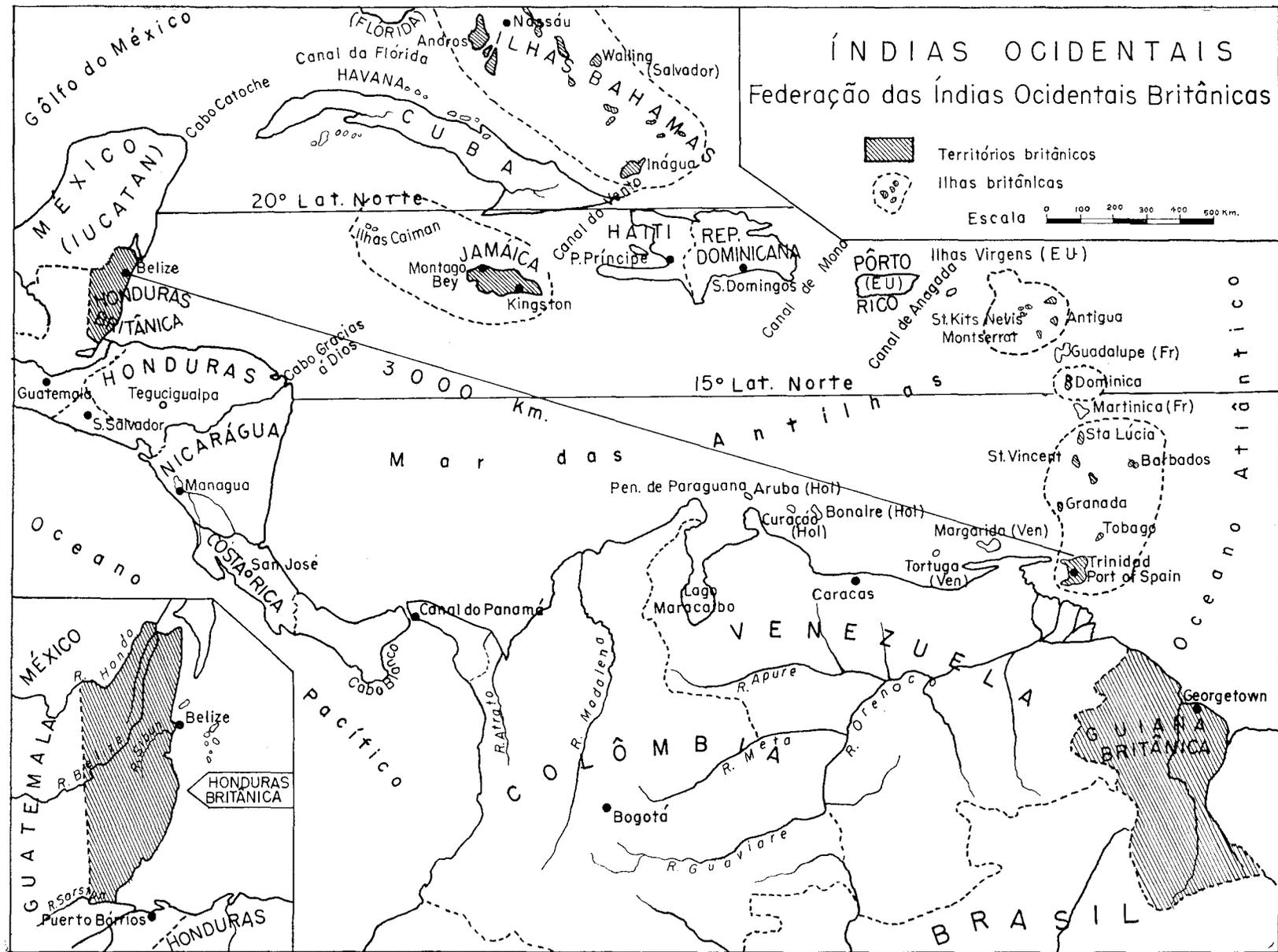
Situadas em mares tropicais, as Índias Ocidentais apresentam, em vários pontos, recifes de coral formando barreiras, atóis e lagoas costeiras. Na parte ocidental das ilhas, onde se acham os pontos mais altos, existem ainda vulcões ativos, principalmente nas ilhas francesas da Martinica e de Guadalupe. A leste, a ilha de Barbados é formada de uma plataforma calcária ondulada sem altitudes superiores a 300 metros. Na parte britânica do arquipélago (Dominica, Santa Lúcia, São Vicente, Nevis, etc.) ultrapassam mil metros os seus pontos culminantes.

“Em lugares como as Índias Ocidentais, diz PRESTON JAMES, encontram-se os climas verdadeiramente temperados da Terra. Estas ilhas são banhadas por correntes de águas oceânicas quentes e varridas pelos alísios de leste, do alto mar. As temperaturas são moderadamente elevadas e variam pouco de uma estação para outra”. As chuvas são abundantes, em regra, ultrapassam 1,50 m, chegando a 2 ou 3 metros, por vezes. A umidade é constante. Os furacões ou tufões, freqüentemente devastadores, caracterizam as ilhas antilhanas. Coincidem estes ciclones com as chuvas mais fortes de agosto a outubro.

É muito variada a flora das Índias Ocidentais, onde numerosas plantas exóticas foram introduzidas para a cultura. São extensas e ricas as matas com cipós e epífitas; nas alturas há algumas matas de coníferas. Nos litorais, são freqüentes os coqueiros e os mangues em faixas, com terras alagadas.

2. POPULAÇÕES

Em relação aos limitados recursos naturais das suas ilhas, as populações das Índias Ocidentais são consideráveis. São altas as taxas de crescimento demográfico. Atualmente, conta-se cerca de três e meio milhões de almas



e calcula-se que a população dobra em trinta anos. Tornam-se assim mais difíceis as condições de melhoramento dos padrões de vida das populações indígenas. O contingente feminino é mais elevado do que o contingente masculino; cerca de 40% conta menos de quinze anos de idade. O nível de produção é fraco e fica abaixo da taxa de crescimento.

Quanto à sua composição, as populações das Índias Ocidentais, são várias as suas origens. Os primitivos caribbas, maias e outros ameríndios pouco resta, pois nem 1% representam no total. A parte mais importante da população é constituída de africanos trazidos pelos colonizadores para servirem nas plantações tropicais. Existe também forte contingente de asiáticos provenientes das Índias Ocidentais, isto é, hindus. Dos grupos europeus fazem parte ingleses, franceses e hispano-americanos em menores proporções.

O isolamento dos grupos humanos determinado pela insularidade é compensado por um movimento migratório interinsular sazonal, atraído pela necessidade de mão-de-obra nas ilhas produtoras de cana-de-açúcar em grande escala.

O mundo antilhano é formado de Estados independentes (Cuba, Haiti, São Domingos) e territórios e possessões dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da França e da Holanda.

3. CONDIÇÕES ECONÔMICAS

O passado econômico das Índias Ocidentais é resumido do seguinte modo num *symposium* da Associação dos Geógrafos Americanos: "Pobres como estão hoje estas pequenas ilhas predominantemente montanhosas sob os ventos alíseos, foram consideradas como as peças mais valiosas das propriedades do Império Britânico. Durante boa parte do século XVIII, Jamaica e Barbados foram mais importantes fontes de comércio e dos benefícios da Inglaterra do que as treze colônias da orla costeira americana. A economia açucareira, introduzida pelos europeus nas plantações em planícies, chamadas *estates* (engenhos) e cultivadas por escravos trazidos às centenas de milhares da África Ocidental, criou enormes riquezas para uns poucos indivíduos. Ser rico como um plantador de cana nas Índias Ocidentais passou a ser padrão de opulência na Londres do século XVIII" (*Focus*, vol. VII, n.º 1).

Com a supressão do regime escravagista, as condições econômicas dos engenhos e outras culturas decaíram, visto que as ilhas não ofereciam vantagens para a imigração de agricultores e a colocação de capitais. O recurso foi a introdução da mão-de-obra hindu, que hoje representa cerca de metade da população negra de Trindade e de mais de metade da população da Guiana Britânica.

Além da cana-de-açúcar, constituem principais produtos das ilhas o cacau, o café, o fumo, o algodão e as frutas. Algumas ilhas se especializaram: o cacau, por exemplo, é recurso agrícola principal de Trindade, de Santa Lúcia e Dominica. As especiarias continuam em crescente procura. Tem reputação as bananas e as laranjas da Jamaica, os limões de Dominica e de Santa Lúcia, os abacaxis das Bahamas.

Quanto às indústrias, já é tradicional o rum da Jamaica, que foi objeto das viagens triangulares da Inglaterra à África para levar negros às Índias Ocidentais e de lá trazer à metrópole, rum, melado e outros produtos tropicais. Na ilha da Trindade, além do asfalto de seus lagos, é explotado o petróleo. As Índias Ocidentais tem sido procuradas por importantes capitais para investimentos em minas de bauxita, na Jamaica.

Vai se transformando aos poucos a economia agrária das duas principais ilhas, Trindade e Jamaica, em economia mixta; mas a concorrência nos mercados estrangeiros tem crescido e as exportações tradicionais de especiarias, pimenta e frutas para a Comunidade Britânica, encontram nos Estados Unidos

e no Mediterrâneo sérios competidores, apesar das tarifas preferenciais, obtidas em 1918 e 1925, na Inglaterra e no Canadá.

São estas condições que muito tem influído nas modalidades observadas na organização da Federação das Índias Ocidentais Britânicas. O caso da "explosão demográfica" não pode ser resolvido por meio de emigração porque as terras que admitiam contingentes de côr, no passado, já se vão fechando aos imigrantes.

Outra solução é a industrialização. "Os povos das Índias Ocidentais Britânicas estão descontentes com o baixo padrão de vida que lhes coube até hoje. Com ou sem razão, êles se comparam às condições da metrópole e não dos países que têm recursos naturais iguais aos dêles. Os jovens indianos almejam prazeres e deleites da vida urbana. Isto só se pode obter por meio da industrialização. Mas acabaram compreendendo que a industrialização só pode ser efetivamente realizada, se a região combinar suas riquezas e constituir um mercado comum" (*The World Today*, março, 1957). Significa isto que é necessário criar um mercado interno de maior capacidade aquisitiva determinada por maior produção.

4. TENTATIVA DE FEDERAÇÃO

As comunicações entre as ilhas das Índias Ocidentais foram difíceis até a segunda guerra mundial: uma carta de Barbados à Jamaica chegava mais depressa passando por Londres, constatou Lord Halifax, em 1921. Semelhante isolamento não dispunha as ilhas antilhanas a uma organização política unitária, devido à diversidade de suas populações e à semelhança de seus recursos naturais, concorrentes e não complementares. Por isso, as primeiras idéias de federação não tiveram bom acolhimento, pois pareciam ameaçar os interesses e privilégios de senhores de engenho e fazendeiros.

O papel importante que representaram as ilhas sob o domínio britânico na estratégia da segunda guerra mundial despertou, porém, a atenção das autoridades e das populações para as possibilidades de uma nova organização política e econômica. Em 1947, na Conferência de Montego-Bay, na Jamaica, foi posta em discussão a questão que as duas principais ilhas, Trindade e Jamaica acolheram sem entusiasmo, percebendo as responsabilidades que lhes caberiam. As possessões continentais Guiana e Honduras Britânicas se mantiveram afastadas para ulterior decisão. A maioria negra receiava minorias indus e outras que pudessem impor mão-de-obra inferior das ilhas menores. Entretanto, a Comissão Internacional Caraibana recomendou aos políticos das Índias Ocidentais as decisões de Montego-Bay e um relatório foi preparado por Sir HERBERT RANCE, governador de Trindade. Em 1953, reuniu-se a Conferência de Londres que adotou o "plano Rance" e, em 1956, o Parlamento Britânico votava o *Bill* que permitia ao governo instituir nôvo regime nas ilhas sob uma Constituição Federal descentralizada, segundo o modelo australiano.

A Constituição de 1958 criou uma legislatura federal constituída pela Coroa, por um Senado e por uma Câmara de Representantes. Nesta última, composta de 45 membros, 17 representavam Jamaica e 10 Trindade e Tobago. O governador geral era nomeado pela Coroa, o primeiro ministro eleito pela Câmara e o gabinete ministerial resultava do acôrdo entre o primeiro ministro e o governador. Esta Constituição, porém não satisfez nem a Jamaica nem Trindade; emendas foram feitas em 1960 e novas conferências foram reunidas em Port of Spain, a escolhida capital, e em Londres. Daí resultou para as ilhas de Barlavento e de Sotavento uma nova organização administrativa. Em novembro de 1960, os Estados Unidos abriam mão, sem condições, da maior parte das bases estratégicas que haviam sido adquiridas durante a última guerra (principalmente na Guiana).

5. O CASO DE BELIZE

As possessões continentais da Grã-Bretanha nas Américas Central e Meridional, isto é, as Honduras Britânicas (Belize) e a Guiana Britânica seguiram as negociações de Montego-Bay e de Londres, mas se reservaram o direito de fazer parte da Federação das Índias Ocidentais em tempo oportuno. São exatamente estes dois territórios que contam ainda em sua população contingentes mais importantes de ameríndios (de 25 a 30 mil).

O caso das Honduras Britânicas, que conta menos de cem mil almas, acha-se ligado a uma questão internacional desde o fim do século XVIII. A orla costeira do sudeste do Iucatão foi ocupada desde 1638 por lenhadores ingleses e aventureiros que lá iniciaram a exploração do pau-campeche (*log-wood*). Os primeiros acordos anglo-espanhóis foram assinados entre 1763 e 1786, garantindo o estabelecimento de madeiras entre os rios Belize, Hondo e Sibun. O território foi aos poucos invadido e o último protesto espanhol foi formulado em 1816. O governador britânico reconhecia *de jure* a soberania da Espanha, mas a exercia *de facto*, tanto mais que à exploração do pau-campeche havia sucedido a mais rendosa exploração do mogno, o que levou a estender a ocupação até o rio Sarstoon.

Tornada independente, a América Central adotou, em 1823, o regime federativo, mas ao romper-se a Federação das cinco repúblicas coube à Guatemala o interior meridional do Iucatão. Daí a sua constante reiterada reivindicação da orla costeira, invocando o princípio do *uti-possidetis* de áreas administrativas coloniais. O governo britânico se baseia no direito de ocupação, desde antes da independência, para não aceitar aquele princípio.

Em 1859, entretanto, um acordo anglo-guatemalteco foi concluído reconhecendo a fronteira existente de fato, mas prometia a cooperação britânica para uma ligação rodoviária da cidade de Guatemala ao Atlântico, na vizinhança de Belize. Em 1862, porém, as Honduras Britânicas foi declarada colônia do Império; não foi executado o artigo 7 do tratado de 1859. Nos trinta primeiros anos deste século nada mais foi discutido, a não ser planos ferroviários que não se realizaram. Em 1933 a Guatemala voltou a invocar o artigo 7, argumentando que, não sendo este cumprido, o território "cedido" devia ser "restituído". O governo guatemalteco prosseguiu no seu propósito de associar o território à república, mas tendo o governo britânico decidido dotar a colônia de autonomia sob a liderança do Partido Popular Unitário (chefiado por George Price) foi tentada uma fracassada invasão, em 1962, seguida da ruptura das relações diplomáticas entre a Guatemala e Grã-Bretanha (1963).

6. A RUPTURA E AS NEGOCIAÇÕES

Quanto à Guiana Britânica, a sua abstenção tem sido, em grande parte, motivada pelas tendências extremistas de seus dirigentes e pelas perturbações que tem sofrido, prejudicando assim a cooperação da colônia nas soluções político-econômicas que os países antilhanos procuram encontrar.

A Federação tão laboriosamente alcançada, em 1958, foi entretanto dissolvida em agosto de 1962, com a retirada das duas ilhas mais importantes do grupo, Trindade e Jamaica. Passaram estas a constituir nações independentes na Comunidade Britânica e, como tais, entraram nas Nações Unidas.

A "Comissão Internacional Caraibana" (Holanda, Grã-Bretanha, Estados Unidos e França) havia sucedido, em 1960, a Organização Caraibana, com sede em San Juan de Pôrto Rico. Seus objetivos eram de promover estudos e execução de planos para consultas periódicas, comunicações, agricultura, indústrias, educação e cultura. Nos acordos entre territórios antilhanos, os Estados Unidos admitiam a cooperação das Ilhas Virgens (St. Thomas, St. Croix e St. John). Era visado um Plano Colombo para a América antilhana.

Continuaram assim as negociações e destacaram-se as atividades dos “Oito Pequenos”, isto é, das oito ilhas de Sotavento e Barlavento pertencentes à Grã-Bretanha. A ilha de Granada manifestou o desejo de se unir a Trindade e Tobago. Notou-se, no decorrer das negociações, a tendência da Jamaica esperar mais particularmente dos Estados Unidos o auxílio financeiro direto que é necessário. A atuação do govêrno de Port of Spain é decididamente favorável a uma integração do mundo antilhano num plano econômico. O primeiro ministro de Trindade, ao propor união aduaneira incluindo ilhas francesas e holandêsas, declarava: “Não temos alternativa a não ser de procurar, na base de nossa história e de nossas tradições comuns, uma causa comum que nos livre da infeliz tendência que temos de sempre sermos cortadores de madeiras e portadores de água para os outros povos”.